

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.785 - PT (2019/0211102-4)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA - JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DO BARREIRO - JUIZ 2  
**INTERES.** : J J DE C  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à citação de J. J. de C. de ação de alteração da regulação das responsabilidades parentais.

A intimação prévia ficou frustrada (fls. 21-22), conforme o documento postal de fls. 21-22.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal não se opuseram à concessão do *exequatur* (fls. 31-32 e 34).

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur*.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 90 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente